

Vanguarda Companhia de Seguros Gerais

**Demonstrações financeiras
intermediárias em 30 de junho de
2018 comparativas ao balanço
patrimonial em 31 de dezembro de
2017 e às demais demonstrações
financeiras para o semestre findo
em 30 de junho de 2017.**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Conselho de administração	40

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 42.582.049/0001-40

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras Intermediárias e as Notas Explicativas da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais, relativas aos resultados do semestre findo em 30 de junho de 2018 comparativo ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e ao semestre findo em 30 de junho de 2017, além do respectivo parecer dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria.

O faturamento da Companhia, que opera exclusivamente com o ramo DPVAT, alcançou R\$ 2,6 milhões no semestre.

O patrimônio líquido atingiu R\$ 7,3 milhões em 30 de junho de 2018, crescimento de 14,5% em relação ao ano anterior.

A Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 0,9 milhões, aumento de 65% em relação ao semestre anterior.

A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/2015 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 3,4 milhões.

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais agradece ao seu acionista e aos seus funcionários pela conquista desses resultados. Agradece também aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP pelo apoio.

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 2018.

A Administração



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas da
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguarda Companhia de Seguros Gerais em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras intermediárias.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de Agosto de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



José Claudio Costa
Contador CRC 1SP167720/O-1

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 CNPJ: 42.582.049/0001-40

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
 (Em milhares de reais)

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		<u>20.498</u>	<u>18.558</u>
Disponível		<u>3.274</u>	<u>1.959</u>
Caixa e Bancos		3.274	1.959
Aplicações	Nota 5	<u>17.043</u>	<u>16.270</u>
Outros Créditos Operacionais		4	74
Títulos e Créditos a Receber		<u>177</u>	<u>255</u>
Títulos e Créditos a Receber		175	245
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	2	10
ATIVO NÃO CIRCULANTE		<u>3.311</u>	<u>2.997</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>3.035</u>	<u>2.873</u>
Títulos e Créditos a Receber		<u>3.035</u>	<u>2.873</u>
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 6	222	223
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 10.3	2.813	2.650
Investimentos	Nota 7	<u>201</u>	<u>62</u>
Participações Societárias		201	62
Imobilizado		<u>39</u>	<u>33</u>
Bens Móveis		18	15
Outras Imobilizações		21	18
Intangível		<u>36</u>	<u>29</u>
Outros Intangíveis		36	29
TOTAL DO ATIVO		<u><u>23.809</u></u>	<u><u>21.555</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 42.582.049/0001-40

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017.
(Em milhares de reais)

		<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
PASSIVO		13.872	12.688
CIRCULANTE		128	484
Contas a Pagar		83	426
Obrigações a Pagar		5	4
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		40	54
Impostos e Contribuições		76	61
Débitos de Operações com Seguros		76	61
Outros Débitos Operacionais		76	61
Provisões Técnicas - Seguros	Nota 8	13.668	12.143
NÃO CIRCULANTE		2.673	2.523
Obrigações Fiscais	Nota 10.2	2.673	2.523
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 11	7.264	6.344
Capital Social		4.699	4.699
Reservas de Capital		16	16
Reservas de Lucros		1.629	1.629
Lucro Líquido do Semestre		920	-
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		23.809	21.555

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO E OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017.

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Prêmios Emitidos	2.323	2.927
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(107)	(54)
Prêmios Ganhos	2.216	2.873
Receita com Emissão de Apólices	262	258
Sinistros Ocorridos	Nota 15 (1.882)	(2.462)
Custos de Aquisição	Nota 15 (28)	(35)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Nota 15 375	339
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	943	973
Despesas Administrativas	Nota 15 (275)	(240)
Despesas com Tributos	Nota 15 (213)	(279)
Resultado Financeiro	Nota 15 161	331
Resultado Patrimonial	Nota 7 591	148
RESULTADO OPERACIONAL	1.207	933
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	3	2
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES	1.210	935
Imposto de Renda	Nota 16 (143)	(185)
Contribuição Social	Nota 16 (147)	(192)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	920	558
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE	920	558
Quantidade de Ações	<u>3.316.721</u>	<u>3.316.721</u>
Lucro Líquido por Ação - R\$	0,28	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
 CNPJ: 42.582.049/0001-40

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2018 e 2017.
 (Em milhares de reais)

	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS			TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA	LUCROS ACUMULADOS	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	4.699	1	15	427	312	-	5.454
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	558	558
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017	4.699	1	15	427	312	558	6.012
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	4.699	1	15	485	1.144	-	6.344
Lucro Líquido do Semestre.....	-	-	-	-	-	920	920
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018	4.699	1	15	485	1.144	920	7.264

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO 2018 e 2017.
(Em milhares de reais)

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do semestre	920	558
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	2	1
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	-	(2)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(591)	(148)
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(774)	32
Créditos fiscais e previdenciários	9	(7)
Depósitos judiciais e fiscais	(162)	(157)
Outros ativos	132	128
Impostos e contribuições	267	317
Outras contas a pagar	(192)	148
Débitos de operações com seguros e resseguros	14	(3)
Provisões técnicas - seguros, resseguros e previdência complementar	1.525	172
Caixa Gerado pelas Operações	<u>1.150</u>	<u>1.039</u>
Impostos sobre o lucro pagos	(280)	(71)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades Operacionais	<u>870</u>	<u>968</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento pela compra:		
Investimentos	-	(3)
Imobilizado e Intangível	(13)	(2)
Recebimento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	458	-
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Investimento	<u>445</u>	<u>(5)</u>
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	-	(104)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) nas Atividades de Financiamento	<u>-</u>	<u>(104)</u>
Aumento Líquido de caixa no semestre	1.315	859
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	1.959	407
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	3.274	1.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ: 42.582.049/0001-40

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2018 COMPARATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E ÀS DEMAIS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2017.

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Vanguarda Companhia de Seguros Gerais (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Praça 22 de Abril, 36, parte, Centro, Rio de Janeiro – RJ, autorizada a operar na 6ª região (Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Companhia não comercializou seguros de pessoas e planos de previdência complementar em 2018 e 2017.

A Companhia tem como único acionista a Icatu Seguros S.A. (“Icatu Seguros”) que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de Preparação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias (“Demonstrações”) foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados (“SUSEP”), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados (“CNSP”) e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, “práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP”. As Demonstrações são apresentadas seguindo o critério de comparabilidade estabelecido pelo “CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária”.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 29 de agosto de 2018.

2.2 Base de Mensuração

Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado” e “ativos financeiros disponíveis para venda”. A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4 Uso de Estimativas

A preparação das Demonstrações requer que a Administração da Companhia utilize estimativas e julgamentos para o registro de transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como sua divulgação. As principais estimativas relacionadas às Demonstrações referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, à realização dos créditos tributários, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da redução ao valor recuperável sobre créditos e outros ativos e às provisões técnicas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes podem diferir dessas estimativas. Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil de efeitos que porventura surjam é efetuado no resultado do exercício em que as revisões ocorrem. Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- ✓ Provisões Técnicas (notas 3.5 e 8);
- ✓ Aplicações Financeiras (nota 5);
- ✓ Créditos Tributários e Previdenciários (nota 6) e
- ✓ Provisões Judiciais (notas 3.6 e 10.1).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nas Demonstrações:

3.1 Instrumentos Financeiros

a) Disponível

Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e conseqüentemente em trânsito.

b) Instrumentos Financeiros não derivativos

Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados ao valor justo por meio do resultado – Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; e
- (II) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

3.2 Investimentos

A participação acionária na Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) é contabilizada ao custo de aquisição.

As participações acionárias em coligadas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial” (nota 7).

3.3 Imobilizado

Está contabilizado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

3.4 Intangível

Está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a..

3.5 Receitas de Prêmios e Provisões Técnicas

A receita de prêmios de DPVAT e as respectivas provisões técnicas são contabilizadas brutas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder na proporção do percentual de participação da Companhia. Competem à Seguradora Líder as funções de recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos consórcios. Conforme definido em instrumentos do consórcio, os resultados mensais são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração.

3.6 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente.

A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica “Provisões Judiciais”, no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras Contas a Pagar”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica “Depósitos Judiciais e Fiscais”, no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais (nota 10.3).

3.7 Impostos e Contribuições

3.7.1 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%.

3.7.2 Impostos Diferidos

São constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias. Em relação a impostos diferidos de contribuição social, a Companhia realizou o cálculo segregando os créditos e débitos para os quais a estimativa de realização se dará até 31/12/2018 aplicando a alíquota de 20%. Para os demais, cuja estimativa de realização será após 31/12/2018, foi aplicada alíquota de 15%.

A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

3.8 Contratos de Seguro

A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no “CPC 11 – Contratos de Seguro”.

3.9 Novas Normas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras intermediárias e não foram adotados antecipadamente:

3.9.1 IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2021. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações ainda estão em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP, espera-se que não tenha impactos significativos nas Demonstrações da Companhia no período de adoção inicial.

3.9.2 IFRS 16 / CPC 06 R2 – Arrendamentos

O pronunciamento substitui a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e (c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma para as Demonstrações estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor.

3.9.3 IFRS 17 – Contratos de Seguros

O pronunciamento IFRS 17 - Contratos de Seguros, a nova Norma de Relato Financeiro Internacional, com data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2021, que substituirá a IFRS 4 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro.

O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando mais informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras.

Exigindo que todos os contratos de seguro sejam contabilizados de forma consistente, beneficiando tanto os investidores como as companhias de seguros. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação, e não o custo histórico.

4. GESTÃO DE RISCO

A Companhia está organizada em 3 linhas de defesas com papéis claros e bem definidos. A primeira linha de defesa, as unidades operacionais, também chamados de donos dos riscos – ou *risk owners*, identificam os riscos e definem os respectivos controles mitigatórios. A segunda linha de defesa, composta por Controles Internos, Atuarial, Gestão de Riscos de Negócios entre outras, é responsável pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais, áreas de controle, Diretoria e conselho de administração. Por fim, a terceira linha de defesa, executada pela auditoria interna, tem o papel fundamental na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pela segunda linha de defesa.

A Gestão de Riscos segue as etapas fundamentais de identificação, avaliação e mensuração, e monitoramento, observando cada risco individual e em conjunto, obtendo, assim, o seu perfil de riscos. O processo é contínuo, permanentemente revisado e é realizado de forma centralizada, dentro da estrutura da Icatu Seguros.

4.1 Responsáveis pela Gestão de Riscos

Em atendimento a Circular SUSEP nº 521/15, a Gestão de Riscos possui um responsável para o Grupo Icatu Seguros com reporte direto ao Diretor Presidente e ao Conselho de Administração.

4.2 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

O principal ponto de alinhamento entre o Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos foi a utilização dos mesmos princípios metodológicos para a avaliação dos riscos, sendo o maior destaque a importância da qualidade dos controles nos modelos de avaliação de riscos. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo *“Internal Control – Integrated Framework (2013)”*, emitida pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (“COSO”)*.

4.3 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos

4.3.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros

4.3.1.1 Risco de Crédito – Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente, sobre aqueles relativos às aplicações financeiras.

Em moeda local, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AA-, e está relacionado às emissões locais denominadas em reais de títulos públicos federais no volume de R\$ 2.538 (R\$ 2.460 em 31/12/2017).

4.3.1.2 Risco de Mercado – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura da Icatu Seguros.

No quadro a seguir são apresentadas:

- A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

Fatores de Riscos (Em Reais)	30/06/2018			31/12/2017		
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	0,08	0,15	16.957	0,25	0,17	16.248
IPCA	0,00	0,05	86	0,02	0,05	22
Risco da Carteira	0,09	0,12	17.043	0,27	0,15	16.270

4.3.1.3 Risco de Liquidez – No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia.

Os controles do risco de liquidez são realizados dentro da estrutura da Icatu Seguros.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e seguros detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

	30/06/2018			31/12/2017			
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	1 a 3 Anos	Total	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Total
Ativos Financeiros	21.010	2.299	23.309	18.738	232	2.228	21.198
Caixa e Bancos.....	3.274	-	3.274	1.959	-	-	1.959
Aplicações.....	14.744	2.299	17.043	13.810	232	2.228	16.270
Créditos das Operações	4	-	4	74	-	-	74
Titulos e Créditos a Receber.....	2.988	-	2.988	2.895	-	-	2.895
Passivos Financeiros	16.500	-	16.500	15.153	-	-	15.153
Contas a Pagar.....	2.756	-	2.756	2.949	-	-	2.949
Provisões Técnicas.....	13.668	-	13.668	12.143	-	-	12.143
Débitos das Operações	76	-	76	61	-	-	61

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

4.3.2 Risco Operacional - O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*.

A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Icatu Seguros com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria.

O processo de gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento dos registros dos eventos de risco operacional ocorrido na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia.

Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco de a Companhia ser objeto de fraudes, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados.

4.3.3 Risco de Subscrição – A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nos últimos exercícios, a Companhia atuou apenas no seguro DPVAT, que é de contratação obrigatória por parte dos segurados e cujo risco é avaliado exclusivamente pela Seguradora Líder.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

5.1 Composição das Aplicações Financeiras e classificação em níveis de hierarquia de valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela ANBIMA e pela B3. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo está apresentada como segue:

	30/06/2018			31/12/2017		
	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Rentabilidade	Valor Contábil/Valor de Mercado	%	Rentabilidade
Nível 1						
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.538	14,89%	SELIC	2.460	15,12%	SELIC
Nível 2						
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos	14.505	85,11%		13.810	84,88%	
Categoria I - Valor justo por meio de resultado	17.043	100,00%		16.270	100,00%	
Total no Circulante	17.043	100,00%		16.270	100,00%	

As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

5.2 Movimentação das Aplicações por Categoria

	31/12/2016	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	31/12/2017	Aplicações	Resgates	Rentabilidade	30/06/2018
Valor Justo por meio do Resultado.....	16.757	1.344	(3.458)	1.627	16.270	1.614	(1.354)	513	17.043

6. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

A rubrica “Créditos Tributários” no ativo circulante é composta por Imposto de Renda a Recuperar no valor de R\$ 2 (R\$ 10 em 31/12/2017).

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais e depósitos judiciais.

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa. A seguir, a composição das adições/exclusões temporárias:

Diferenças Temporárias

Imposto de Renda/Contribuição Social	30/06/2018	31/12/2017
Atualização Depósito Judicial	(972)	(911)
COFINS Exigibilidade Suspensa	1.184	1.134
PIS Exigibilidade Suspensa	344	333
Total das Provisões temporárias	556	556
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	139	139
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	83	84
	222	223

7. INVESTIMENTOS

Os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações ON	Quantidade de Cotas	% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (Prejuízo) do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
							30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	12	1,00%	301	13.560	56.246	135	4	561	148
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	-	1.123	0,01%	80.245	44.619	(321)	3	3	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	31.365	-	0,21%	15.000	16.696	708	63	55	30	-
Total de Investimentos							201	62	591	148

A seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

Movimentação Investimentos	31/12/2016	Adições	Dividendos JCP	Equivalência Patrimonial	31/12/2017	Adições	Dividendos JCP	Equivalência Patrimonial	30/06/2018
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda.	-	33	(486)	457	4	-	(430)	561	135
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	2	1	-	-	3	-	-	-	3
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	34	-	(5)	26	55	6	(28)	30	63
Total	36	34	(491)	483	62	6	(458)	591	201

8. PROVISÕES TÉCNICAS – SEGUROS

As provisões estão classificadas no passivo circulante, registradas nos ramos de pessoas (DPVAT) e são compostas das seguintes formas:

SEGUROS	31/12/2016	Juros	Constituição	Reversão	31/12/2017	Juros	Constituição	Reversão	30/06/2018
Provisão de Sinistros a Liquidar	2.429	229	218	(1.289)	1.587	47	105	(236)	1.503
Provisão de Sinistros Ocorridos mas não avisados.....	9.572	982	1.917	(1.983)	10.488	344	1.318	(133)	12.017
Provisão para Despesas Relacionadas.....	93	8	60	(93)	68	3	112	(35)	148
Total	12.094	1.219	2.195	(3.365)	12.143	394	1.535	(404)	13.668

9. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões Técnicas - Seguros	13.668	12.143
Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas		
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.538	2.460
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos	14.505	13.810
Total de Aplicações	17.043	16.270
Excesso de Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas	3.375	4.127

10. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

10.1 Provisões Judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes às causas fiscais e cíveis.

Em causas fiscais, existem 5 processos sendo os principais discutindo CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15%; e majoração da alíquota de 15% para 20%, PIS/Cofins - Alargamento da base, todos com probabilidade possível, com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 3.153 (R\$ 2.522 em 31/12/2017).

Em causas cíveis, existem 8 processos, sendo 7 processos sendo os principais discutindo cédulas bancárias, todos com probabilidade possível, cujo valor estimado do risco é de R\$ 282 (R\$ 245 em 31/12/2017) e 1 processo com probabilidade remota sem valor estimado do risco.

10.2 Outras Contas a Pagar – Obrigações Fiscais

São registradas no passivo não circulante as Obrigações Fiscais em discussão judicial e são compostas como segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização</u>	<u>30/06/2018</u>
Contribuição Social .	843	150	62	1.055	68	23	1.146
COFINS.....	1.003	66	65	1.134	21	29	1.184
PIS	304	10	20	334	3	6	343
Total	2.150	226	147	2.523	92	58	2.673

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

VANGUARDA CIA DE SEGUROS GERAIS	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			Valor atualizado em 30/06/2018	Valor atualizado em 31/12/2017	Valor atualizado em 30/06/2018	Valor atualizado em 31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Possível	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 1.183	R\$ 1.079	R\$ 1.146	R\$ 1.055
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 1.459, sendo R\$ 1.244 COFINS, e R\$ 215 PIS	R\$ 1.403, sendo R\$ 1.201 COFINS, e R\$ 202 PIS	R\$ 1.376, sendo R\$ 1.184 COFINS e R\$ 192 PIS	R\$ 1.319, sendo R\$ 1.134 COFINS e R\$ 185 PIS
PIS - Incidente sobre as receitas operacionais brutas nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988.	Provável	Aguardando decisão do STF.	R\$ 171	R\$ 168	R\$ 151	R\$ 149

10.3 Depósitos Judiciais

Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais são registrados no Ativo Não Circulante e são compostos como segue:

	Saldos em 31/12/2016	Adições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2017	Adições	Atualização Monetária	Saldos em 30/06/2018
Contribuição social	879	128	72	1.079	77	27	1.183
COFINS	1.056	61	84	1.201	17	26	1.244
PIS	337	9	24	370	8	8	386
Ativos Fiscais	2.272	198	180	2.650	102	61	2.813

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

11.1 Capital Social

O capital subscrito e integralizado da Companhia em 30/06/2018 é de R\$ 4.699, representado por 3.316.721 ações sem valor nominal, sendo ações ordinárias.

11.2 Reservas de Lucros

As Reservas de Lucros de R\$ 1.629 são compostas por:

Reserva legal de R\$ 485 que é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

Reserva estatutária de R\$ 1.144 que é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Calculado conforme a Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores:

	30/06/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	7.264	6.344
Ajuste contábeis	(237)	(91)
Participação em sociedades financeiras e não financeiras - Nacional.....	(201)	(62)
Ativos Intangíveis.....	(36)	(29)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	7.027	6.253
Capital Base (CB)	4.000	4.000
Capital de Risco de Crédito.....	156	177
Capital de Risco de Mercado.....	108	73
Capital de Risco - Redução por correlação.....	(53)	(42)
Capital de Risco - Operacional.....	56	50
Capital de Risco (CR)	267	258
Capital Mínimo Requerido - CMR (MAX(CB,CR))	4.000	4.000
Suficiência	3.027	2.253
Razão PLA/CMR	1,76	1,56

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

13. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como segue:

VAN	30/06/2018	31/12/2017		30/06/2018	30/06/2017
Ativo			Receitas		
Contas a Receber	78	309	Recuperação de Despesas	357	318
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]...	4	74	Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a].....	248	233
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) [a].....	50	92	Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Coligada) [a]..	22	27
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda (Coligada) [a].....	5	6	Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a].....	38	38
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda. (Ligada) [a].....	8	9	Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a].....	12	1
Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a].....	9	8	Icatu Consultoria Ltda. (Ligada) [a].....	37	19
Icatu Consultoria de Investimentos Ltda. (Ligada) [a] [c].....	2	120			
Passivo					
Contas a Pagar	(76)	(339)	Total Despesas	357	318
Icatu Seguros S.A. (Controladora)[a].....	-	(277)			
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Ligada)[b]...	(76)	(62)			
Total (Ativo - Passivos)	2	(30)			

a] Reembolsos de custos administrativos, referem-se a rateio de despesas comuns a Companhia e suas ligadas, os saldos são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes;

b] O saldo referente a Seguradora Líder origina-se da participação da companhia no consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo um "Contas a Receber/Pagar".

c] Dividendos e Juros sobre Capital Próprio a receber referem-se às movimentações oriundas da distribuição de resultados de empresas coligadas.

14. SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Ramo	30/06/2018			30/06/2017		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissionamento
DPVAT.	2.216	84,9%	1,3%	2.873	85,7%	1,2%

15. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Sinistros Ocorridos	(1.882)	(2.462)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(1.160)	(1.241)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(283)	(712)
Despesas com Sinistros.....	(439)	(509)
Custo de Aquisição	(28)	(35)
Comissões - DPVAT.....	(28)	(35)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	375	339
Despesas com Cobrança DPVAT.....	(220)	(245)
Outras Despesas Operacionais - Consórcio DPVAT.....	595	584
Despesas Administrativas	(275)	(240)
Pessoal Próprio.....	(9)	(9)
Serviços de Terceiros.....	(42)	(39)
Localização e Funcionamento.....	(27)	(24)
Convênio DPVAT.....	(170)	(143)
Outras Despesas Administrativas.....	(27)	(25)
Despesas com Tributos	(213)	(279)
COFINS.....	(127)	(178)
PIS.....	(23)	(34)
Taxa de Fiscalização.....	(56)	(58)
Outros.....	(7)	(9)
Resultado Financeiro	161	331
Receitas Financeiras	589	1.037
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	41	121
Títulos de Renda Fixa Privados.....	1	2
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	78	128
Convênio DPVAT.....	394	697
Outras Receitas Financeiras.....	75	89
Despesas Financeiras	(428)	(706)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(396)	(677)
Outras Despesas Financeiras.....	(32)	(29)

16. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2018		30/06/2017	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações.....	1.210	1.210	935	935
Resultado antes dos Impostos	1.210	1.210	935	935
Adições	59	59	94	94
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa.....	59	59	94	94
Exclusões	(652)	(652)	(238)	(238)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial.....	(60)	(60)	(89)	(89)
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(592)	(592)	(149)	(149)
Resultado Ajustado	618	618	791	791
Lucro após as Compensações	618	618	791	791
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	20%	15% + 10%	20%
Despesas / Constituição / Reversão com IRPJ/CSLL.....	(143)	(123)	(186)	(158)
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários.....	-	-	1	-
Atualização Monetária Processo Judicial.....	-	(24)	-	(34)
Despesas com IRPJ/CSLL	(143)	(147)	(185)	(192)
Alíquota Efetiva	11,8%	12,1%	19,8%	20,5%

17. EVENTO SUBSEQUENTE

Após decisão desfavorável dos embargos de divergência contra o Acórdão proferido no Agravo Regimental que negou provimento, referente ao Mandado de Segurança que versa sobre a mudança da alíquota de CSLL de 9% para 15%, a Companhia decidiu não interpor Agravo Interno. Como consequência, haverá o trânsito em julgado da ação. Os valores em discussão se encontram integralmente provisionados e depositados em juízo.

18. COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15 e alterações posteriores, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30/06/2018 da Icatu Seguros.

VANGUARDA COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 42.582.049/0001-40

DIRETORIA

Diretor Presidente
Luciano Snel Corrêa

Diretores

Mário José Gonzaga Petrelli
Alexandre Petrone Vilardi
Cesar Luiz Salazar Saut

Contador

Marcos Celio S. Nogueira
CRC-RJ nº 089.351/O-8

Atuário

Lígia de Abreu Sodré Pires
MIBA nº 1394